



O PAPEL DOS ACTORES EXTERNOS EM ANGOLA: INVESTIMENTO E AJUDA INTERNACIONAL

Fernando Pacheco

A cooperação pressupõe participação em todas as fases de um processo, incluindo a tomada de decisão. Falar hoje de cooperação para o desenvolvimento é, obviamente, uma falácia, porquanto a regra é a de um dar e outro receber. E, como diz o título de um estudioso holandês (David Sogge) das realidades angolana e moçambicana, trata-se de “Give and Take”, já que aquele que dá é, por vezes, aquele que mais recebe. E actualmente o dar é essencialmente dinheiro, quase nunca se procede à transferência ou construção de capacidades para que os países receptores possam construir as suas próprias ideias.

Além desta, há outras críticas que surgem a partir de dentro. O conhecido antropólogo angolano Ruy Duarte de Carvalho faz críticas muito cáusticas à forma como alguns dos actores do desenvolvimento agem sem conhecimento da realidade. Por parte dos governos centrais há críticas à forma como se processa a ajuda, que por vezes causa grande perturbação no sistema financeiro nacional. E há também críticas, no caso concreto de Angola, à arrogância de quem produz o petróleo. Os agentes da governação local questionam a sua exclusão do processo e a falta de realismo dos projectos. A opinião pública acusa a cooperação de gastar muito e fazer pouco. A crítica de organizações locais que se vêem frequentemente preteridas a favor de organizações internacionais e que muitas vezes são prejudicadas com a saída de quadros que elas formam, porque as ONG internacionais têm capacidade de pagar salários muito mais altos. Há ainda a crítica à imposição de agendas externas que não têm a ver com a agenda nacional angolana. Quando ainda nos estamos a adaptar a uma agenda, vem outra: a agenda do ambiente, a agenda do género, a agenda da boa governação e dos direitos humanos, sem ter em conta que nos nossos países os ritmos são outros. Não é possível acompanhar o ritmo de mudança que se processa noutros países. Evidentemente, daí resultam fracassos.

Relativamente à Conferência de Doadores, a comunidade internacional pressionou bastante o governo angolano com três exigências para a sua organização: transparência, elaboração de

uma estratégia de combate à pobreza e realização do acordo com o FMI. Na realidade, nenhuma destas três exigências foi concretizada, embora alguns passos tenham sido dados. Enquanto o governo fala da conferência de investidores, alguns doadores – o núcleo duro em Angola -, passaram a falar de um “Conferência de Parceiros”. Com isso eles pretendem, de algum modo, iniciar um diálogo com o governo angolano em matéria de reconstrução e desenvolvimento.

Apesar de todas estas críticas, não há dúvida de que a cooperação internacional em Angola produziu também resultados positivos. Em primeiro lugar, garantiu a sobrevivência de milhões de pessoas, através da ajuda alimentar e de emergência. Em segundo lugar, desenvolveram-se acções importantes em torno da promoção e defesa dos direitos humanos. Em terceiro lugar, permitiu uma aproximação e maior diálogo entre as instituições do Estado e a sociedade civil e cidadãos em geral. Exerceu influência sobre algumas políticas públicas. Contribuiu grandemente para a reinserção dos desmobilizados. E apoiou ainda o crescimento da sociedade civil angolana, que em estreita aliança com os agentes internacionais da cooperação trabalhou na prossecução desses mesmos objectivos.

Quadros:

Os desembolsos dos principais doadores em Angola: em primeiro lugar, e com destaque, aparece os EUA, em segundo lugar as agências multilaterais, em terceiro o Japão, em quarto a Noruega, em quinto a França, em sexto a Holanda e, surpreendentemente, em sétimo aparece Portugal. Digo surpreendentemente, porque isto não corresponde ao que as pessoas pensam. E é interessante notar que Portugal surge numa posição ligeiramente superior à da Suécia, por razões que estão ligadas, possivelmente, a um certo desengajamento que a Suécia está a ter nos últimos tempos.

Os principais financiadores da ajuda humanitária: em primeiro lugar surgem novamente os EUA; em segundo lugar a Comissão Europeia e a ECHO (agência de ajuda de emergência, em terceiro lugar a Suécia, em quarto lugar a Suíça e em quinto a Holanda.

Os principais financiadores de projectos em curso no sector do desenvolvimento rural: o destaque que assume o governo angolano é um espelho do grande projecto da Cela, que é um exemplo da forma como se encara o problema da reconstrução em Angola. Dos 110 milhões de dólares referidos no quadro, cerca de 75 estão destinados à Cela, um projecto que muita gente julga que vai resolver os problemas da fome em Angola.

No âmbito do desenvolvimento rural, as **áreas de intervenção com maior atribuição de fundos** são, por ordem, a reintegração de desmobilizados, agricultura e segurança alimentar, capacitação institucional e desminagem.

Pela leitura dos quadros e de outros elementos, podemos retirar algumas conclusões interessantes. A ajuda humanitária está a decrescer; inversamente a ajuda ao desenvolvimento está a aumentar. Os EUA são, de longe, o maior financiador, e julgo que será o país em que existe um maior equilíbrio entre as dimensões dos negócios, diplomacia e cooperação, por causa do seu peso económico, na cooperação e na ajuda humanitária, e também pelos seus interesses políticos e geoestratégicos em Angola.

O núcleo duro dos doadores em Angola é constituído pelos EUA, Reino Unido, Noruega, Suécia, Holanda, Suíça e Canadá, para além, claro, das agências multilaterais União Europeia, Banco Mundial e PNUD. Realço o facto de países com menor capacidade financeira fazerem parte deste núcleo duro. Isto acontece porque alguns destes países têm vindo a montar estratégias que lhes permitem ultrapassar o grande obstáculo do desconhecimento da realidade angolana, porque têm investido no conhecimento em Angola, através de investigadores, *think tanks*, etc, que começam a ter resultados interessantes.

Vimos no quadro que o próprio governo angolano começa a aparecer como doador quer na ajuda humanitária, quer no âmbito do desenvolvimento rural. Depois de um período de desconfiança, a ajuda começa a passar pelas instituições do Estado e há uma melhoria nas relações doadores – Estado.

Apesar disso, a ajuda continua a ser fortemente canalizada pelas ONG dos países doadores. E, do mesmo modo que existe um núcleo duro de doadores, há um grupo de ONG nacionais e estrangeiras que exerce uma de influência crescente sobre doadores e governo.

Excepto para o caso da agricultura, cujas verbas atribuídas parecem ser menores que o desejável, a grande preocupação dos doadores corresponde às metas estabelecidas pelos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Uma boa política de cooperação para Angola deveria ter **objectivos** muito claros: primeiro a consolidação da paz e da reconciliação nacional; em segundo lugar, a construção de um processo democrático a partir de dentro. Angola não vai ser integrada na comunidade internacional, porque não tem condições para isso. O insuspeito Darendorf dizia que eleições podem ser feitas em seis meses, mas a democracia e a sociedade civil levam gerações a ser construídas; é necessário criar um capital social que permita confiança recíproca. A cooperação deve permitir o desenvolvimento da economia a partir de sectores como a agricultura e a pequena indústria, por forma a criar emprego.

Um boa política de cooperação deve igualmente obedecer a **princípios**, como uma clara separação entre política de cooperação e interesses económicos; deve ser baseada nas metas do milénio e procurar atingir os níveis de APD de 0,7% do PIB até 2015; fazer participar ao lado do governo as organizações da sociedade civil para os necessários “check and balance” e incluir, não só decisores de nível central, como também actores do nível local para garantir que os projectos sejam mais realistas.

Relativamente a Portugal, é reconhecido o papel fundamental que o país teve no período de vigência da troika. Mas foi perdendo essa influência, e hoje a cooperação com Portugal é vista como pouco eficaz, e com as características acima descritas. Muitas vezes pensamos que as relações pessoais podem trazer vantagens, mas já vimos que também podem trazer desvantagens. É preciso ter cuidado com o aproveitamento desses aspectos e não sobervalorizar a língua e a história. Muitas vezes as percepções impedem o conhecimento da nova realidade que começa a nascer em Angola. Portugal, mesmo com poucos recursos financeiros, pode ocupar um lugar importante no núcleo duro de doadores, principalmente através das agências multilaterais. Do ponto de vista bilateral, não acredito que Portugal venha a ter um papel de destaque. Verifica-se em Angola a quase ausência de portugueses nas instituições da União Europeia ou do Banco Mundial, quando poderiam jogar um papel fundamental.

